

Research, Society and Development, v. 9, n.2, e162921835, 2020
(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.1835>

Evolução do conceito de deficiência no decorrer da história: do modelo médico ao social

Evolution of the concept of disability during history: from medical to social model

Evolución del concepto de discapacidad durante la historia: del modelo médico al social

Recebido: 10/10/2019 | Revisado: 19/10/2019 | Aceito: 20/11/2019 | Publicado: 03/12/2019

Everton Pires Ferreira Jorge da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8669-7387>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: evertonpiresf@gmail.com

Natalia Costa Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2159-0102>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: naa.c.barros@gmail.com

Rosane Isabella Oliveira Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8557-2002>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: rosaneiomelo@gmail.com

Nicolly Kelly da Silva Pontes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2872-8936>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: collypontes@hotmail.com

Ana Paula Maciel Cordeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8207-908X>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: cordeanaana@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar o contexto histórico do conceito deficiência, acompanhando a história da humanidade desde os tempos antigos sobre relatos do processo de inclusão e aceitação das pessoas com alguma deficiência até a atualidade. O conteúdo do trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica em artigos científicos, utilizando termos de deficiência, psicologia, surdez, contexto histórico. A reflexão do estudo apresentou uma discussão em diversas áreas da saúde sobre o tema abordado, mas não apresenta um conceito

fechado e concreto sobre o que é ser deficiente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência menciona deficiência como “impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial” (ONU, 2006, artigo 1º). Diante da evolução humana e conceitos de humanidade, saímos da alegação de que pessoas com deficiência são dignas de serem excluídas da sociedade, para a ideia de inclusão social contemporânea, onde mecanismos de apoio e atenção a essas pessoas são bem maiores, porém, ainda existem muitas barreiras. Consuma-se que ainda sim, inconscientemente, não mudamos tais comportamentos, e sim, modificamos em um mascaramento social expresso através de atitudes de pena e piedade, como tratar com esses indivíduos negando sua autossuficiência.

Palavras-chave: Deficiência; Evolução Conceitual; Direitos humanos.

Abstract

This study aims to present the historical context of the concept of disability, following the history of humanity from ancient times on accounts of the process of inclusion and acceptance of people with disabilities to the present day. The content of the work is the result of a literature review on scientific articles, using terms of disability, psychology, deafness, historical context. The study's reflection presented a discussion in various areas of health on the topic addressed, but does not present a closed and concrete concept of what it is to be disabled, the Convention on the Rights of Persons with Disabilities mentions disability as “physical impediments, intellectual or sensory” (UN, 2006, Article 1). In the face of human evolution and concepts of humanity, we leave the claim that people with disabilities are worthy of being excluded from society, to the idea of contemporary social inclusion, where support mechanisms and attention to these people are much larger, but still exist Many barriers. It is assumed that even so, unconsciously, we do not change such behaviors, but rather change into a social masking expressed through attitudes of pity and pity, such as dealing with these individuals denying their self-sufficiency.

Keywords: Disability; Conceptual evolution; Human rights.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo presentar el contexto histórico del concepto de discapacidad, siguiendo la historia de la humanidad desde la antigüedad sobre el proceso de inclusión y aceptación de las personas con discapacidad hasta la actualidad. El contenido del trabajo es el resultado de una revisión de la literatura sobre artículos científicos, utilizando términos de discapacidad, psicología, sordera, contexto histórico. La reflexión del estudio presentó una

discusión en varias áreas de la salud sobre el tema abordado, pero no presenta un concepto cerrado y concreto de lo que es ser discapacitado, la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad menciona la discapacidad como "impedimentos físicos". intelectual o sensorial "(ONU, 2006, artículo 1). Frente a la evolución humana y los conceptos de humanidad, dejamos la afirmación de que las personas con discapacidad son dignas de ser excluidas de la sociedad, a la idea de inclusión social contemporánea, donde los mecanismos de apoyo y atención a estas personas son mucho más grandes, pero aún existen Muchas barreras Se supone que incluso inconscientemente no cambiamos tales comportamientos, sino que nos transformamos en una máscara social expresada a través de actitudes de lástima y lástima, como tratar con estos individuos negando su autosuficiencia.

Palabras clave: Discapacidad; Evolución conceptual; Derechos humanos.

1. Introdução

Após tantos anos de expansão e evolução da espécie humana, ainda tratamos nossos iguais como diferentes, ou “não merecedores de respeito”, atribuindo uma causalidade natural como, por exemplo, alguém ter uma doença congênita, a ser considerada uma aberração. E assim, a inclusão desse indivíduo na sociedade, pela sua visão, é considerado algo complexo e árduo, visto que pode não ser aceito e assim viver uma vida repleta de estigmas.

Então, desde a década de 80, onde foi inaugurado o “ano internacional da pessoa portadora de deficiência”, em 1981, onde vários movimentos e órgãos sociais tentaram mostrar que não são essas pessoas que tem deficiência, e sim a sociedade, porque mesmo depois de tantos anos, de diferentes culturas de sociedade distintas, com tantas informações de pesquisas científicas, etc., nós ainda temos esse olhar de discriminação? Ou se não, um olhar de pena e piedade, em vez de respeito e igualdade.

2. Metodologia

O conteúdo do trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica de artigos científicos como metodologia para trazer o conteúdo apresentado, o ensaio foi produzido por pesquisas em artigos científicos, e em livros acadêmicos, foram feitas 14 pesquisas sobre deficiência, psicologia e conceitos de deficiência. O objetivo deste trabalho é apresentar uma parte do processo histórico do conceito de deficiência.

3. Mas o que é deficiência?

Segundo a Convenção da ONU Sobre O Direito Das Pessoas Com Deficiência de 2008, artigo 1, as pessoas portadoras de deficiência são aquelas que possuem impedimentos de longo prazo sendo de natureza física, intelectual ou sensorial, mental, os quais, podem prejudicar sua interação plena na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas, com isto, vemos qual o conceito utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), quase todas as pessoas já tiveram ou tem deficiência, seja permanente ou temporária, ou tem um membro da família com algum tipo de deficiência, isso podendo ser mental, física ou sensorial.

Na atualidade, ainda vemos o significado de pessoa portadora de deficiência como: alguém incapacitada, limitada, ou invalida, mas esse tipo de conceito já não é aceito nem utilizado. Então para falarmos sobre o que é deficiência precisamos ver alguns processos históricos que assim a produziu, em parte que isso veio de uma luta incessante de diferentes minorias, pela liberdade, igualdade e até pela sobrevivência. Diniz (2007), cita que a deficiência não se enquadra somente na questão médica sobre lesões, além de, promover uma leitura sociológica sobre o tema, onde em suas palavras, a experiência da opressão pela deficiência era resultado da ideologia capitalista, promovendo o direito da pessoa com deficiência de ter a sua autonomia, sua independência, quebrando essa barreira social que o impede de ser auto suficiente, de buscar seus direitos como qualquer pessoa integrante da sociedade.

Partindo do ponto onde o termo “deficiência” é um conceito moderno, veremos que são poucos os relatos de como se dava o tratamento dessas pessoas nos tempos antigos, encontrados, por exemplo, em literaturas gregas e romanas, e até mesmo na bíblia, “Encontra-se, por exemplo, uma recomendação feita por Mohammed, no quarto verso do quarto sura, encorajando que se alimente e se abrigue aqueles desprovidos da razão”, tratando-os com amabilidade (Aranha, 2001. p.2). Tendo como exemplo a Esparta, as pessoas consideradas defeituosas, imaturas, que não se desenvolviam para a guerra, eram propositalmente mortas, para não ocupar o lugar de outros considerados saudáveis e prontos para a batalha no futuro.

Os romanos, por sua vez, “descartavam” as crianças que já nasciam com algum problema de deformidade, em rios e esgotos nas periferias da cidade, para serem esquecidos. Portanto, podemos observar o que já envolvia um processo sociopolítico econômico, pois a sociedade na

antiguidade, em princípio a ocidental, crescia economicamente a partir da agropecuária e artesanato, consiste em trabalhos com a utilização de ferramentas acionadas pelas mãos, pés, dedos, etc. Assim era dividida a sociedade, entre a “nobreza – senhores que detinham o poder social, político e econômico e os serviçais, servos ou escravos, considerados sub-humanos, dependentes economicamente” (Aranha, 2001, p.2). Temos assim então uma visão do que valia a vida humana, de que enquanto ser humano você não era importante até ter um dono ou poder econômico, L.Kanner em seu livro *A History of the care and study of the mentally retarded* (1964) citou que “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e seus hóspedes” (p. 5).

4. Relato histórico no olhar religioso

Em algumas abordagens, logo após a expansão do cristianismo e das igrejas católicas, os deficientes eram vistos como objetos de piedade e caridade, na bíblia a referencias aos cegos, os doentes, os leprosos, etc., assim rejeitados pela sociedade – seja por desprezo, ou medo, levando em conta que qualquer tipo de deficiência, ou “anormalidade” na conduta do indivíduo, era visto como punição divina, ou até possessão demoníaca – constituíam em pedintes e pessoas que passavam por muitas necessidades (Aranha, 2001, p.3).

À vista disso, o termo passaria por uma transformação, uma mudança de ponto de vista, saindo do pretexto de: pessoas sem condições de integrar economicamente a sociedade, ou até totalmente rejeitadas ao ponto de serem mortas e assassinadas, para o ponto de vista religioso, podendo até entrar na questão de controle de massa das igrejas católicas, colocando os doentes como consequência da falta de obediência absoluta. Mesmo com um olhar mais “piedoso”- entrando assim em um assistencialismo, onde o apoio poderia ser em reintegrar essa população de volta a sociedade, e não em privar a autonomia do mesmo - em direção aos doentes e deficientes, ainda não se tem relatos concretos de qualquer ação de envolvimento dessas pessoas como integrantes da sociedade ou abrigos, tratamentos e proteção para os mesmos. Segundo Martinho Lutero: “O homem é o próprio mal quando lhe faleça a razão ou lhe falte à graça celeste a iluminar-lhe o intelecto; assim, dementes e amentes são, em essência, seres diabólicos, considerando a pessoa com deficiência e a pessoa doente mental seres pecadores, condenados por Deus. As ações consequentemente recomendadas eram o castigo, através de aprisionamento e açoitamento, para expulsão do demônio” (Aranha, 2001, p.5)

Seguindo esse modelo de conduta das diversas sociedades, e mudando somente o tipo de comportamento e tratamento das pessoas deficientes, caminhamos por alguns anos até metade de 1800, onde Adolf Guggenbuhl (Aranha, 2001), analista junguiano suíço, cria uma instituição de tratamento e cuidado de pessoas com deficiência mental, na Suíça. Levando um pensamento crítico sobre a necessidade de uma reforma sanitária no tratamento das mesmas, pois existia uma grande proliferação de lugares usados como confinamento, denominados manicômios, onde não existia em si um tratamento humano em que era providenciada a saúde e melhora dos deficientes, por conseguinte, provia a degradação física e mental dos mesmos, levando alguns a loucura, sem haver ao menos uma confirmação clínica da necessidade de tais procedimentos em pessoas não doentes. Este projeto foi o pioneiro que levou a ideia da prática do cuidado institucional a pessoas com deficiência mental e posteriormente, deficiência física.

Então com Franco Basaglia (Amarante, 1994), médico e psiquiatra, que em 1961, ao dirigir o hospital psiquiátrico de Gorizia, junto a suas duras críticas ao tipo de tratamento hospitalar e psiquiátrico em pacientes com problemas mentais, propôs uma reforma psiquiátrica, que se iniciou na Itália, colocando em questão a falta de humanização com os mesmos, questionando a postura da cultura médica aos pacientes, onde se conduzia o indivíduo paciente como um objeto de testes clínicos.

Utilizando as questões históricas dos processos de luta das pessoas deficientes, com todo o contexto de como eram vistos perante a mudança cíclica da sociedade e diferentes culturas, hoje vemos uma mudança bastante positiva em questão de inclusão social.

Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Conceito de deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos. Conceito de incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações

necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Lei n. 7853, 1989)

O conceito ainda não é universal e pode passar por mudanças, mas ainda sim, é o aceito atualmente. Usando tais palavras trazidas da ONU no primeiro tópico do trabalho, identificaremos que se baseia no contexto fisiológico do indivíduo, o que gera certa incapacidade em alguns aspectos, contudo, colocam outra vez tais pessoas como seres “incapazes” e com isso, vem o pensamento inconsciente de serem “imperfeitos” (Beatriz Regina Pereira Saeta, 1999).

6. Conclusão

Em suma, mesmo com todos os avanços políticos em apoio à inclusão de pessoas deficientes, aos movimentos para com políticas públicas de inclusão social e acessibilidade, ainda sim, observamos que certos comportamentos direcionados aos mesmos, são semelhantes aos relatos históricos vistos anteriormente, onde a luta dos indivíduos em busca de respeito como um cidadão comum e por seus direitos é testemunhado de fora como uma ação necessitada de caridade, de piedade.

O que implica fortalecimento no estigma dessas características individuais, que são considerados fora das normas culturais da nossa sociedade. Então essa busca de ter uma participação ativa na sociedade, é o ponto de ignição de fazer quem está de fora, mudar sua forma de pensar sobre as pessoas deficientes e aceita-las com respeito que merecem.

Concluindo que, o comportamento de mais aceitação, atenção e respeito precisa vir das pessoas que vivem na mesma cultura, mudando seu ponto de vista sobre pessoas deficientes, tirando o pensamento de que são “pessoas imperfeitas”, e ampliar o conceito do mesmo.

Referências

Pessotti, Isaias (1984). *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.

Aranha, Maria Salete Fábio. (1995). Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, 3(2), 63-70. Recuperado de:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&tlng=pt.

Di Nubila, Heloisa Brunow Ventura, & Buchalla, Cassia Maria. (2008). O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11(2), p. 324-335. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2008000200014>

Battistela, Linamara Rizzo. Conceito de deficiência segundo a Convenção da ONU e os critérios da CIF. 2011. Recuperado em 13 de agosto, 2019, de <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/274.pdf>

Batista, Cecília Guarnieri. (1998). Crianças com deficiência visual: como favorecer sua escolarização?. *Temas em Psicologia*, 6(3), 217-229. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1998000300006&lng=pt&tlng=pt.

Amaral, L. A. (1996). Deficiência: questões conceituais e alguns de seus desdobramentos. *Cadernos de Psicologia*, 1, 3-12.

Saetra, B. R. P. (1999). O contexto social e a deficiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v.1, n.1, p.51-55. Recuperado de: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_1/artigo7.PDF

Aranha, M. S. F. (2001). Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, nº 21: 160-73.

Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS). Quem foi Franco Basaglia?. Recuperado em 22 de agosto, 2019, em http://www.ufrgs.br/e-psico/etica/temas_atuais/luta-antimanicomial-franco.html

Centro Cultural Ministério da Saúde (CCMS). Memória da Loucura. Recuperado em 18 de agosto, 2019, em: <http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/reforma.html>

Mazzotta, M. J. S. (1982). Fundamentos da Educação Especial. São Paulo. Pioneira.

Kanner, L. (1964). A History of the care and study of the mentally retarded. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas Publisher.

Amarante, Paulo. (1994). Uma aventura no manicômio: uma trajetória de Franco Basaglia. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 1 (1), 61-77. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-59701994000100006>

Organização Mundial da Saúde. (2011). Relatório Mundial Sobre a Deficiência. Recuperado em 20 de agosto, 2019, de http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf

Brasil. (1989). Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 198. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Everton Pires Ferreira Jorge da Silva – 55%

Natália Costa Barros – 15%

Rosane Isabella Oliveira de Melo – 15%

Nicolly Kelly da Silva Pontes – 10%

Ana Paula Maciel Cordeiro – 5%